

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2012



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

INDICAÇÃO Nº 780/12

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 09 OUT 2012

1º Secretário

SÚMULA: Aprova o envio de expediente ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem, à SEIL - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, sugerindo a remodelação do trevo de acesso ao Município de Mercedes.

Fica aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o envio de expediente ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem, à SEIL - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, sugerindo a remodelação do trevo de acesso ao Município de Mercedes, em atendimento à reivindicação integrante do Caderno de Moções 2012 da CACIOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná, de autoria da ACIM - Associação Comercial e Empresarial de Mercedes, na forma da justificativa da presente Indicação Legislativa.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 2012.

PARANHOS  
Deputado Estadual

**JUSTIFICATIVA**

Relatório HCT - Sócios Parlamentares PSOL/PRPES e PNU/PPS

A presente Proposição tem o cunho de sugerir o envio de expediente ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem, à SEIL - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, manifestando moção de apoio da Assembleia Legislativa às reivindicações da ACIM - Associação Comercial e Empresarial de Mercedes, e da CACIOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná, para a remodelação do trevo de acesso ao Município de Mercedes.

1459 09/10/2012 06:08:02 BR ASSMEL/CM LOGISTICA DO PRON

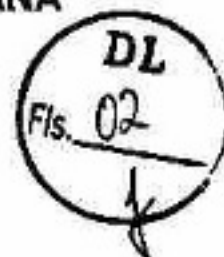
Devido ao grande e permanente fluxo de veículos, caminhões e motos, que trafegam na BR-163, justifica-se a necessidade urgente da remodelação do trevo de acesso ao Município de Mercedes. O trevo atual possui um acostamento inadequado, os veículos trafegam em alta velocidade, provocando vários acidentes e muitas mortes.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres pares desta Assembleia Legislativa para que procedam ao devido apoio e aprovação da presente Indicação Legislativa, por se tratar de matéria sugestiva, regimentalmente amparada, justa e meritória.

  
**PARANHOS**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**



**GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS**

**INDICAÇÃO Nº 781/12**



**SÚMULA:** Aprova o envio de expediente ao DER/PR - Departamento de Estradas de Rodagem, ao DNIT/PR - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e a SEIL - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, sugerindo o Alargamento da PR-317, no trecho urbano da cidade de Ouro Verde do Oeste.

Fica aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o envio de expediente ao DER/PR - Departamento de Estradas de Rodagem, ao DNIT/PR - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e a SEIL - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, sugerindo o Alargamento da PR-317, no trecho urbano da cidade de Ouro Verde do Oeste, em atendimento à reivindicação integrante do Caderno de Moções 2012 da CACIOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná, de autoria da ACIOV - Associação Comercial e Industrial de Ouro Verde do Oeste, na forma da justificativa da presente Indicação Legislativa.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 2012.

**PARANHOS**  
**Deputado Estadual**

**JUSTIFICATIVA**

Exercício 2012 - Itaca Parlamentar PSC/PR e PSC/PR

A presente Proposição tem o cunho de sugerir o envio de expediente ao DER/PR - Departamento de Estradas de Rodagem, ao DNIT/PR - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e à SEIL - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, manifestando moção de apoio da Assembleia Legislativa às reivindicações da ACIOV - Associação Comercial e Industrial de Ouro Verde do Oeste, e da CACIOPAR - Coordenadoria das

Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná, superindo o Alargamento da PR-317, no trecho urbano da cidade de Ouro Verde do Oeste.

O tráfego de caminhões pela avenida central de Ouro Verde do Oeste é intenso e causa muitos transtornos aos comerciantes e à população que utilizam essa via, pois, quando está passando um caminhão é impossível que um veículo de passeio faça a ultrapassagem por falta de espaço, tendo que segui-lo durante todo o perímetro urbano. Essa melhoria é importante para o bom fluxo de veículos na avenida, aumentando também, o número de vagas para estacionar, tendo como resultado a melhora da circulação de veículos e pessoas pelo comércio local.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres pares desta Assembleia Legislativa para que procedam ao devido apoio e aprovação da presente indicação Legislativa, por se tratar de matéria sugestiva, regimentalmente amparada, justa e meritória.

  
**PARANHOS**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ Fls. 62  
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2012



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

INDICAÇÃO Nº 782/12

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 09 OUT 2012

*Ruy*  
1º Secretário

**SÚMULA:** Aprova o envio de expediente ao DER/PR - Departamento de Estradas de Rodagem, ao DNIT/PR - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e a SEIL - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, sugerindo a Implantação de Acostamento na PR-491, no trecho do trevo de Marechal Cândido Rondon a Maripá.

Fica aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o envio de expediente ao DER/PR - Departamento de Estradas de Rodagem, ao DNIT/PR - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e a SEIL - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, sugerindo a Implantação de Acostamento na PR-491, no trecho do trevo de Marechal Cândido Rondon a Maripá, em atendimento à reivindicação integrante do Caderno de Moções 2012 da CACIOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná, de autoria da ACINSAR - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Nova Santa Rosa, na forma da justificativa da presente Indicação Legislativa.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 2012.

*[Assinatura]*  
**PARANHOS**  
Deputado Estadual

**JUSTIFICATIVA**

Exatidão: RCT - Itacaré Parlamentares PSC/PM/PSD e PPS/PPS

A presente Proposição tem o cunho de sugerir o envio de expediente ao DER/PR - Departamento de Estradas de Rodagem, ao DNIT/PR - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e a SEIL - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, manifestando moção de apoio da Assembleia Legislativa às reivindicações da ACINSAR - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Nova Santa Rosa, e da CACIOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná, sugerindo a Implantação

de Acostamento na PR-491, no trecho do trevo de Marechal Candido Rondon a Maripá.

Sendo esta região essencialmente agrícola, há um intenso tráfego de máquinas agrícolas na rodovia, no período de plantio e colheita. Devido a este fato, o risco de acidentes graves pela falta de acostamento é rotineiro, ocorrendo em grande número todos os anos, ceifando vidas e destruindo famílias de paranaenses que por ali transitam e tiram seu sustento, pessoas que ajudaram a desenvolver a região e também a economia do Estado do Paraná. Convém lembrar que nossa maior riqueza são as pessoas, sendo uma obrigação do Poder Público garantir segurança no trânsito.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres pares desta Assembleia Legislativa para que procedam ao devido acolhimento e aprovação da presente Indicação Legislativa, por se tratar de matéria sugestiva, regimentalmente amparada, justa e meritória.

  
**PARANHOS**  
**DEPUTADO ESTADUAL**





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2012



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 09 OUT 2012

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 783/12

SÚMULA: Aprova o envio de expediente ao SENAI/PR - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Paraná, e a FIEP - Federação das Indústrias do Paraná, sugerindo a instalação de uma unidade do SENAI no Município de Medianeira.

Fica aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o envio de expediente ao SENAI/PR - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Paraná, e a FIEP - Federação das Indústrias do Paraná, sugerindo a instalação de uma unidade do SENAI no Município de Medianeira, em atendimento à reivindicação integrante do Caderno de Moções 2012 da CACIOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná, de autoria da ACIME - Associação Empresarial de Medianeira, na forma da justificativa da presente Indicação Legislativa.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 2012.

PARANHOS  
Deputado Estadual

**JUSTIFICATIVA**

Elaboração: MCT - Gabinete Parlamentar do Deputado PARANHOS - FIAN/PPS

A presente Proposição tem o cunho de sugerir o envio de expediente ao SENAI/PR - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Paraná, e a FIEP - Federação das Indústrias do Paraná, manifestando moção de apoio da Assembleia Legislativa às reivindicações da ACIME - Associação Empresarial de Medianeira, e da CACIOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná, sugerindo a instalação de uma unidade do SENAI no Município de Medianeira.

Medianeira e sua microrregião sofrem com a falta de mão-de-obra capacitada para os segmentos da indústria e prestação de

serviços. A instalação desta unidade irá atender a microrregião, resolvendo esta dificuldade das empresas, permitindo maior qualidade e produtividade. A região se destaca nos ramos de alimentos, moveleiro, e metalúrgico, tendo esta região um grande potencial para o desenvolvimento industrial.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres pares desta Assembleia Legislativa para que procedam ao devido apoio e aprovação da presente Indicação Legislativa, por se tratar de matéria sugestiva, regimentalmente amparada, justa e meritória.

  
**PARANHOS**  
**DEPUTADO ESTADUAL**







**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

**GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI**



**Indicação Nº 284/12**

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 09 OUT 2012

*Ruy*  
**1º Secretário**

**Súmula:**

"Propõe que seja viabilizada de extensão de rede coletora de esgoto abrangendo as Ruas Campo Largo e Joaçaba, no bairro Boqueirão, no município de Guarapuava."

**À SANEPAR, EXMO FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE**

O Deputado Bernardo Ribas Carli, no uso de suas prerrogativas regimentais, sugere depois de ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Fernando Eugênio Ghignone, propondo a viabilização de extensão de rede coletora de esgoto abrangendo a Rua Campo Largo e a Rua Joaçaba, no bairro Boqueirão, no município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 2012.

**BERNARDO RIBAS CARLI**  
**DEPUTADO ESTADUAL**

**JUSTIFICATIVA:**

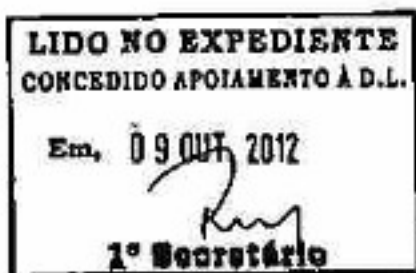
Tal pedido se faz necessário tendo em vista que os lotes não comportam mais as fossas sépticas e com isso transbordam em via pública, levando risco eminente à saúde da população.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**STEPHANES JUNIOR**  
Deputado Estadual



**INDICAÇÃO Nº 385/12**

**SÚMULA:** Propõe gestões, ao excelentíssimo senhor Governador do Estado do Paraná Beto Richa, a alteração da nomenclatura da carreira de "Papiloscopista" para "Perito Papiloscopista".

O Deputado Stephanes Junior, no uso de suas atribuições legais e regimentais, propõe ao Excelentíssimo senhor Governador do Estado do Paraná Beto Richa, a alteração de nomenclatura da carreira de Papiloscopista para "Perito Papiloscopista", concedendo-lhes a permissão de emitirem laudos periciais oficiais, de acordo com as suas atribuições legais.

Sala das Sessões, em 9 de outubro 2012.

**STEPHANES JUNIOR**  
Deputado Estadual



**JUSTIFICATIVA:**



Esta matéria tem por escopo, promover a alteração da nomenclatura do cargo de Papiloscopista para Perito Papiloscopista, cujo cargo é integrante das carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná.

No intuito de dirimir dúvidas e esclarecer esta relevante matéria e, ainda, reforçar e complementar a posição por nós defendida, temos a decisão por unanimidade do Guardião da Constituição Federal - "Supremo Tribunal Federal" - no voto do brilhante Ministro Otávio Gallotti, como Relator, na Ação Direta de Inconstitucionalidade e corroborando o entendimento legal, doutrinário e jurisprudencial uníssono do STF, no julgamento da ADIN nº 1477-3, de 2 de setembro de 1999, que assim se manifesta:

**EMENTA:** Não invade competência legislativa da união o dispositivo no artigo 110 da Lei Orgânica do Distrito Federal, ao conferir aos Papiloscopistas a garantia de independência funcional, na elaboração dos laudos periciais. (Constituição Federal, artigos 22, I e XVII, 21, XIII, XIV e 24, X e XVI).

Não há improbidade técnica ao atribuir aos Papiloscopistas a competência para elaborarem seus laudos periciais. Não se ampliou, com isso, o rol de auxiliares da Justiça. A garantia de independência na elaboração de laudos periciais que venham a ser elaborados pelo Papiloscopista, como da controvérsia em apreço, não conflita com a Constituição Federal.

De acordo com a Lei Complementar nº 089/01, em seu artigo 38, estabelece a exigência de nível superior, para ingresso na carreira de Papiloscopista da Polícia Civil do Estado do Paraná, a exemplo do que ocorre com os Peritos Criminais e Peritos Médicos-Legistas.

É importante salientar que o Poder Judiciário, atualmente reconhece e convalida os laudos periciais elaborados e assinados pelos Papiloscopistas do estado do Paraná.

O presente projeto de lei não gera nenhum tipo de ônus para o erário público, por não se tratar de aumento salarial e tão somente alteração de nomenclatura.

Considerando assim, as prerrogativas e atribuições, bem como a instrumentalização da pesquisa de cunho técnico-científico, entende-se que a matéria em epígrafe vem ao encontro da necessidade de atualização do vocábulo, o qual já se encontra inserido no contexto legal, buscando uma melhor adequação à natureza das atividades desempenhadas, reconhecendo desse modo, a relevância dos trabalhos realizados pelo Instituto de Identificação, atualmente contando com 100 anos de existência no estado do Paraná.

Ao se efetuar o acréscimo proposto, o dispositivo atingirá a plena logicidade, o que certamente é objetivo colimado pelo legislador, uma vez que Papiloscopista Policial é um dos Peritos Oficiais da Polícia Civil do estado do Paraná, estando no mesmo patamar hierárquico dos Peritos Criminais e Peritos Médicos-Legistas. Formado pela Academia de Polícia Civil com cargas horárias iguais, o Papiloscopista é responsável pela realização das perícias papiloscópicas em locais de crimes e pela identificação civil, criminal e necropapiloscópica (cadavérica), além da elaboração de retratos falados de criminosos.



Outros estados da federação já alteraram sua legislação por instrução do Poder Legislativo para Perito Papiloscopista, são eles: Espírito Santo, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso e Rio de Janeiro, adequando a lei e reconhecendo a carreira, o que é uma tendência nacional.

Outrossim, cabe informar que a presente lei encontra-se em avançado contexto no Senado Federal que já emitiu parecer Favorável em caráter terminativo através da CCJ.

Transcrição do texto da CCJ do Senado Federal.

*Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.649-B de 2009 do Senado Federal (PLS Nº 244/2009 na Casa de origem), que dispõe sobre a condição de perito oficial dos papiloscopistas em suas perícias específicas e dá outras providências.*

*"dispõe sobre a condição de perito oficial dos papiloscopistas em suas perícias específicas e dá outras providências".*

**1 - RELATÓRIO**

Vem a exame nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 244, de 2009, de iniciativa da Ilustre Senadora Ideli Salvati, com o objetivo de estatuir a condição de perito oficial dos papiloscopistas em suas perícias específicas.

Composta de três artigos, a proposição assegura aos papiloscopistas e demais servidores públicos com denominações equivalentes, que exerçam atividades de perícias papiloscópicas e necropapiloscópicas, o reconhecimento como peritos oficiais para fins cíveis e criminais nas suas áreas especializadas, bem como, a autonomia técnica e científica no exercício da sua atividade pericial.

Determina ainda a exigência de concurso público com formação de nível superior, ressaltando, nos mesmos moldes que a Lei 11.690/2008, a oficialidade dos papiloscopistas e equivalentes que ingressaram sem a referida exigência até a data da entrada em vigor da lei, estabelecida para quando da sua publicação.

Na justificação do projeto, a nobre autora explicita as atividades de cunho cível e criminal dos papiloscopistas e equivalentes, relaciona casos de grande repercussão resolvidos graças ao trabalho pericial desses servidores, traz extensa fundamentação legal e doutrinária, embasada em diversos pareceres, inclusive do Ministério da Justiça, jurisprudência dos Tribunais Superiores, inclusive de decisão do Supremo Tribunal Federal. A Proposta foi lida em Plenário e distribuída para esta Comissão. Não foram apresentadas emendas no transcurso do prazo regimental.

É o Relatório.

**II. ANÁLISE**

Do ponto de vista dos requisitos de constitucionalidade formal e material, o projeto não apresenta vícios, porquanto observadas as regras pertinentes à competência do ente federativo e de iniciativa, consoante o disposto nos arts. 22, I; 48, e 61 da Carta Magna, respectivamente quanto à competência da União para legislar sobre a matéria, do Congresso Nacional para apreciá-la e do(a) senador(a) para apresentá-la.





No mais, os termos em que a proposição se formula não violam cláusula pétrea. No que se refere à juridicidade, o projeto se acha livre de vícios, posto que utiliza o meio adequado aos objetivos pretendidos, inova o ordenamento jurídico, ostenta generalidade e potencial coercitivo, coadunando-se com os princípios gerais da direito.

Sob a ótica da técnica legislativa, nada a opor, pois seus comandos encontram-se em conformidade com a Lei Complementar nº 95/ 88.

Quanto ao mérito, demonstram-se oportunas e propícias as modificações legais constantes do projeto. Tais modificações certamente aperfeiçoarão a administração da Justiça, no interesse do bem comum, quando reconhece também a oficialidade das perícias realizadas pelos papiloscopistas, garantindo-se, assim, a segurança jurídica e a ordem pública.

Registre-se, que este mesmo parlamentar, quando designado para a Relatoria do PLC nº 204, de 2008, que trata das perícias oficiais, teve a oportunidade de analisar detalhadamente a temática.

Após o estudo, propugnou pela não exclusão dos papiloscopistas do conceito de perito oficial, elaborando a sugestão de Emenda nº 01. Somente por conta da necessidade de se aprovar o PLC 204, de 2008, com maior celeridade, em razão da importância de se garantir a autonomia técnica, científica e funcional aos peritos oficiais, optou-se pela aprovação da redação original e a transformação da Emenda citada em um Projeto de Lei específico, de modo a evitar-se o retorno à Câmara dos Deputados, onde o PLC já transitava desde 1997.

Assim surgiu o Projeto de Lei do Senado nº 244 de 2009, conforme Parecer da eminente relatora "ad hoc" no PLC 204/2008, Senadora Ideli Salvati, obtendo o consenso dos membros da CCJ pela aprovação, o mais breve possível, da proposta que inclui os papiloscopistas no conceito de perito oficial.

A inclusão desses servidores vem atender ainda ao texto aprovado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados e que não havia sido contemplada na redação do PLC 204 de 2008.

O novo Projeto, ora em análise, foi aperfeiçoado. Cuida de reconhecer também como peritos oficiais criminais tão somente os papiloscopistas e equivalentes que, de fato, realizam perícias papiloscópicas e necropapiloscópicas. Ou seja, restringe o seu alcance normativo somente para aqueles servidores que receberam a formação e capacitação específica e que possuam atribuição legal de realizar as respectivas perícias.

Não trata da questão da oficialidade no âmbito cível, indiscutível nas atribuições de toda a categoria de servidores públicos papiloscopistas. Mas cuida especificamente de reconhecer a oficialidade daqueles que atuam também na esfera penal, garantindo-se a assim a validade dos laudos de perícia papiloscópica e necropapiloscópica, que instruem inquéritos policiais e processos criminais.

Acrescenta ainda a autonomia técnica e científica indispensáveis para a confecção da prova pericial de maneira imparcial pelos referidos peritos em identificação.

E em justificativa minuciosa, desfila um sólido rol argumentos técnicos, jurídicos e doutrinários em sua defesa.

De grave importância e de grande relevo é considerar que a presente proposta evita um grande risco para a Segurança Pública do país, ao incluir no conceito de "perito oficial" os papiloscopistas e equivalentes.



Estes servidores realizam milhares de laudos periciais papiloscópicos que instruem prisões, e que, se questionados, poderiam ser anuladas, libertando criminosos, gerando, ainda, vultosas indenizações, já que o Direito Brasileiro consagra que "*lei, quando interpretativa, retroage*" (Lei 5.172/66), sobretudo para benefício do réu.

Ressalte-se a preocupação do Ministério Público Federal, que culminou com a Ação Civil Pública nº 2006.38.00.020448-7/MG e decisão em vigor, que proíbe a União de adotar qualquer procedimento que exclua o Papiloscopista Policial Federal do conceito de "*perito oficial*", sob pena de descumprimento de ordem judicial.

Com efeito, há uma urgente necessidade de que o Congresso Nacional, ao regulamentar a questão, venha garantir em definitivo a ordem pública e a segurança jurídica, indispensáveis à Nação Brasileira.

As diretrizes constitucionais fundamentais estabelecem: "*A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada*" (art. 5º, XXXVI, CF/88).

Assim, há de se observar o direito adquirido dos atuais papiloscopistas com relação à cláusula pétreia da Carta Magna, que em seu artigo 5º, XIII, prescreve: "*é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer*".

Do mesmo modo, impõe-se considerar que o Supremo Tribunal Federal, na ADI 1477/DF, fez coisa julgada em relação à atribuição pericial dos dactiloscopistas da Polícia Civil do Distrito Federal. E quanto ao ato jurídico perfeito, não se podem olvidar todos os atos normativos federais e estaduais que já conferem aos servidores dos cargos de papiloscopistas e equivalentes a atividade de perícias papiloscópicas e necropapiloscópicas.

Do exposto, conclui-se que o presente Projeto de Lei respeita às orientações constitucionais da República, e que a questão principal cinge-se em se apreender o significado da expressão "*perito oficial para fins criminais*" e verificar se os servidores referidos podem ser enquadrados neste conceito.

Gramaticalmente, o termo "*perito*" significa especialista, "*expert*". Já o verbete "*Papiloscopista*" resulta de um híbrido (Papila = papila e Skopên=examinar). Ou seja, trata-se do especialista em identificação através do exame das papilas dérmicas, sejam dos dedos (dactiloscopia), palmas das mãos (quiroscopia) ou planta dos pés (podoscopia).

Quanto ao que seja "*oficial*" e "*criminal*", o dicionário Aurélio aduz conceitos simples e cristalinos: "*Oficial: [Do lat. Officiālis.] Adj.: 1. Proposto por autoridade, ou emanado dela; conforme as ordens legais:*

2. *Relativo à autoridade legalmente constituída, ou dela emanado;*
  3. *Relativo às pessoas pertencentes ao alto funcionalismo, aos altos dignitários;*
  4. *Relativo ao funcionalismo público; burocrático.*
  5. *Oficializado (2).*
- "Criminal. [Do lat. Criminale.] Adj.:*
1. *Relativo ou pertencente a crime; criminoso, crime."*

Os papiloscopistas a que o Projeto se refere são servidores públicos, investidos no cargo em decorrência da lei, vinculados a órgãos policiais e/ou periciais, que recebem formação específica e que detêm atribuição para a realização de perícias papiloscópicas, necropapiloscópicas (com a elaboração dos correspondentes laudos), retrato falado, exame prosopográfico, coleta, análise, classificação, revelação, confronto e arquivamento de impressões papilares e de seus fragmentos em locais de crime. Elaboram estatísticas criminais, realizam a identificação humana de vivos e de cadáveres e a identificação de criminosos, emitem certidões de antecedentes criminais, etc, ou seja, atuam em ambas as esferas civil e criminal, indistintamente.



O Código de Processo Penal Brasileiro, no recuado ano de 1941, evidentemente não poderia prever todos os tipos de perícias que as diversas ciências possibilitariam trazer, para auxiliar na investigação criminal. Não o fez, porquanto acabaria por restringir a utilização de novas tecnologias.

Assim, utiliza-se da expressão "perito" dezenas de vezes, de forma genérica, englobando os diversos peritos: médicos, odontólogos, psiquiatras forenses, químicos, engenheiros, contadores, geólogos, antropólogos, especialistas da engenharia, da informática, da genética, da aeronáutica, bem como de diversas especialidades não propriamente advindas de profissões regulamentadas, como a balística, a grafoscopia, a documentoscopia, a merceologia, perícias de local de crime, de laboratório, de incêndio criminoso e de papiloscopia, entre dezenas de outras.

Veja-se que o CPP não se utiliza do prefixo "perito" quando se refere às diversas categorias, como os médicos e dentistas, por exemplo. Ora, o fato do Código não citar expressamente "perito médico-legista", "perito odontologista" ou "perito papiloscopista" não desqualifica esses competentes profissionais. O nome do cargo, a rigor, é irrelevante. Interessa saber se tem formação, conhecimento e atribuição para realizar perícias.

Numa análise histórica, encontra-se o registro desde o século passado, no Regulamento da Secretaria de Polícia do Distrito Federal (Dec. nº 4764/1903), que dispunha expressamente sobre o trabalho pericial criminal do antigo cargo de "identificador", no Gabinete de Identificação e de Estatística.

À época, não havia cargos com a nomenclatura de "perito criminal", porquanto, os exames disponíveis eram mais restritos. Não tínhamos exames de DNA, de drogas, devastação do meio-ambiente, etc. As poucas perícias destas outras áreas eram feitas somente por peritos particulares.

Mas, já funcionavam, desde aquela época, "peritos oficiais": os médicos-legistas e os identificadores. A estes últimos, precursores dos atuais papiloscopistas, competia fazer a identificação, perícia papiloscópica, necropapiloscópica, recolhendo vestígios, em companhia dos médicos-legistas.

O surgimento de cargos com a nomenclatura "perito criminal" veio surgir somente 30 anos depois, com a criação do Gabinete de Pesquisas Científicas, em 1933 (Dec. no 22.332/33).

Na atualidade, a perícia no âmbito policial do nosso país, se desdobra geralmente em três grandes áreas, normalmente organizadas através dos Institutos de Identificação, de Criminalística e de Medicina Legal, harmônicos e independentes entre si.

Depreende-se, à evidência, que não há qualquer caráter de subordinação de um perito sobre outro. O único critério a prevalecer é o da "especialidade". Assim, não há que se falar que o papiloscopista atuaria como um mero auxiliar de peritos criminais, posto que realizam laudos distintos. O fato de que um laudo papiloscópico possa integrar, junto com outros laudos como de balística, de DNA, etc, um laudo geral denominado "laudo de local de crime", não implica em qualquer supremacia de uns sobre outros. Cada laudo atende a demandas específicas.

Quanto à feitura dos relatórios técnicos específicos, também não há que se questionar quanto à nomenclatura adotada pela Lei Adjetiva Penal. Em que pese a distinção doutrinária quanto aos termos "laudo" e "auto", conforme leciona o inesquecível mestre Hélio Gomes, na obra magistral "Medicina Legal", destacando que entre os diversos tipos de relatórios técnicos, o auto seria justamente a redução a termo (documento escrito) ditado pela autoridade, enquanto que o laudo seria o parecer elaborado diretamente pelos peritos.

Assim, quando o Código determina que se faça a identificação do cadáver pelos papiloscopistas, acrescenta que, não sendo possível, se faça "pela inquirição de testemunhas", quando então far-se-á um "auto", reduzindo-se a termo os depoimentos e demais sinais de identificação.





Eis o texto:

*Art. 166. Havendo dúvida sobre a identidade do cadáver exumado, proceder-se-á ao reconhecimento pelo Instituto de Identificação e Estatística ou repartição congênere ou pela inquirição de testemunhas, lavrando-se auto de reconhecimento e de identidade, no qual se descreverá o cadáver, com todos os sinais e indicações. (CPP)*

Note-se que o CPP ora menciona uma expressão ou outra, utilizando-a como sinônimos, citando, inclusive diversas vezes, a elaboração de "autos" pelos peritos médicos e pelas autoridades:

*Art. 162. A autópsia será feita pelo menos seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.*

*Art. 163. Em caso de exumação para exame cadavérico, a autoridade providenciará para que, em dia e hora previamente marcados, se realize a diligência, da qual se lavrará auto circunstanciado.*

Do ponto de vista jurisprudencial, o Pleno do Supremo Tribunal Federal já pacificou a questão, quando, por unanimidade, no julgamento da ADIn 1477/DF, dispôs sobre a independência funcional na elaboração de laudos periciais pelos datiloscopistas da Polícia Civil do Distrito Federal, asseverando, no voto do eminente relator, Exmo. Ministro Octávio Galotti: "(...) Não há impropriedade técnica ao atribuir aos Papiloscopistas Policiais a competência para elaborarem seus laudos periciais. Não se ampliou, com isso, o rol de auxiliares da justiça." (grifou-se)

Registre-se que em outra oportunidade, o STF assevera, que "no processo penal, as perícias são oficiais" (RHC 63.315/RJ – 2ª Turma, Rel. Min. Cordeiro Guerra – DJ 27/09/1985 pág. 16612).

A Corte Suprema do País reconhece também expressamente que os vestígios de impressões digitais fazem parte do chamado "corpo de delito":

**EMENTA:** (...) II. Exame de corpo de delito: objeto. O exame de corpo de delito tem por objeto, segundo o art. 158 C. Pr. Penal, os vestígios deixados pela infração tal como concretamente praticado; imputando-se aos acusados a subtração e comercialização de entorpecente depositado em repartição policial, o objeto do exame de corpo de delito obviamente não poderia ser a droga desaparecida, mas sim os vestígios de sua subtração, entre os quais as impressões digitais deixadas nos pacotes de materiais diversos colocados no depósito onde se achava a cocaína para dissimular a retirada dela.

(STF, HC 78.749/MS, Min. Sepúlveda Pertence, 1ª Turma, unânime, DJ 25/06/1999) (grifou-se)

Quanto à oficialidade dos laudos periciais, o Pretório Excelso aduz: **EMENTA:** Habeas Corpus. 2. Alegação de nulidade do processo, em face do laudo pericial. 3. Laudo firmado por perito oficial. Não é nulo o laudo pericial assinado por um só perito, se emana de órgão oficial. Inteligência do art. 159 do CPP e da Súmula 361. (...) (STF, HC 70.803/SP, Rel. Min. Néri da Silveira, 2ª Turma, unânime, DJ 31/10/1998 – Pág. 42014).

Por outro lado, vasta quantidade de acórdãos de diversos tribunais superiores consagram a prova pericial obtida pela perícia papiloscópica. No incidente que se verificou o questionamento de um laudo de perícia papiloscópica no STJ (HC 71.563/RJ), a 6ª Turma, por 2 votos a 2, concluiu pela necessidade de encaminhamento do laudo papiloscópico aos Peritos Criminais Federais, para que elaboração do laudo de local de crime, do qual faz parte integrante, conforme IN 14 DG/DPF/2005, que, no art. 5º estabelece que os papiloscopistas farão o laudo de perícia papiloscópica.



Na votação foi trazido o Parecer na AC 17.756/97 do TJ/DF, que afirmou que "os peritos oficiais a que alude o Capítulo II, Título VII, do Código de Processo Penal são os peritos criminais e os peritos médicos-legistas da Secretaria de Segurança" como sendo citação dos acórdãos HC 71.531-1-SC, HC 59.225-MG, HC 46.817, 47.801 e 48.347-RTJ 51.370 e 53.888, HC 59.193-1-SP, HC 51.015-GO, RTJ 87/420-HC 54.494, HC 60.059-GO, AP 307-3-DF, HC 55.319-RJ - Inq 364-6-MT, HC 58.910-3-MG, HC 60.159-GO, o que não condiz com a verdade.

Analisando-se as ementas e inteiro teor dos acórdãos, verifica-se que não há quaisquer menções à citação trazida. Os julgados referidos, em verdade, tratam de outros assuntos. Houve ainda Parecer de 1999 do nobre Dr. Cláudio Fonteles, contraditado por outros mais recentes em que o eminente Procurador tem confirmado a validade dos laudos papiloscópicos (Parecer n. 1530/CF de 04/12/2003):

"... 0. Posteriormente, o Instituto Nacional de Identificação do Departamento de Polícia Federal, através de Laudo de Perícia Papiloscópica, concluiu que as impressões digitais a fls. 158/159 emitidas pelo Ministério Del'Interno da Itália pertencem, de fato, ao ora extraditando (fls. 179/182)..."

No mesmo sentido, Pareceres dos Exmos. Procuradores Gerais da República, Dr. Geraldo Brindelo (n. 18.925/GB de 09/10/2002), bem como do Dr. Antônio Fernando Barros e Silva (Parecer nº 7696/CS de 13/03/2008 – Extradicação nº 1002-6/120), ambos utilizando laudos dos Papiloscopistas da Polícia Federal para atestar identidade de extraditados perante o STF. Na Polícia Federal, Pareceres nº 08 e 09/2001 DICOR/COGER disciplinavam a matéria, reconhecendo a oficialidade dos Papiloscopistas. Em 2005, entretanto, surge o Parecer nº SELP/COGER nº 73/2005 e semelhantes, argumentando que a IN nº 14/2005 DG/DPF, em um de seus "considerandos" afirmou que os peritos criminais oficiais seriam os Peritos Criminais Federais. Este último é citado na decisão do egrégio STJ.

Posteriormente, a Ação Civil Pública mencionada anulou os Despachos que aprovavam ditos Pareceres. Os Pareceres 25/2006 DICOR/CGCOR/COGER e 19/2008 DICOR/COGER atestam que o Papiloscopista Policial Federal é perito oficial.

Registre-se, por oportuno, o Egrégio STJ jamais anulou um laudo papiloscópico, apenas determinou o seu encaminhamento para a composição do laudo de local de crime. Em 2008, no mesmo caso citado, nos Embargos de Declaração (HC 76.974/RJ), a Procuradoria Geral da República exarou o seguinte entendimento, da lavra da Sub-Procuradora Dra. Julieta Cavalcante de Albuquerque:

"(...) A decisão proferida no citado HC não considerou importante precedente do Supremo Tribunal Federal, o qual, na ADI nº 1447/DF, em votação unânime do Plenário, tendo sido Relator o Ministro Otávio Gallotti, e o julgamento em 02/09/1999, concluiu que: "não invade competência legislativa da União o disposto no art. 119 da Lei Orgânica do Distrito Federal, ao conferir aos detiloscopistas policiais a garantia de independência funcional, na elaboração de laudos periciais (Constituição Federal, artigos 22, I e XVII, 21, XII e XIV e 24, XI e XVI)" (ementa). Extrai-se da decisão do Pretório Excelso uma importante lição: os papiloscopistas são independentes e seus laudos são soberanos.

"Considerando-se que "perito" é o especialista em determinado assunto e que "oficial" é a característica de quem é investido na função por lei e não por nomeação feita pelo juiz, o papiloscopista – profissional detentor de conhecimento específico, investido em cargo público com força de lei – é perito oficial, independentemente de não possuir o termo "perito" na definição da profissão.



Por conseguinte, é imprópria a interpretação literal que se quer dar ao termo "perito oficial" (artigo 159 do CPP), devendo-se entender a norma processual em sentido lato, de modo a abranger o expert, profissional especializado, legalmente investido em função pública para elaboração dos laudos técnicos auxiliares na elucidação de ilícitos. Assim, tanto o papiloscopista quanto o perito criminal são tidos como "peritos oficiais", cada um dentro de sua especificidade. Há uma forte preocupação no sentido de que a manutenção de tal entendimento poderia provocar grave perigo à ordem pública, porquanto permitiria que advogados requeresses a anulação de laudos papiloscópicos que por si sós embasaram inúmeras condenações criminais, com a consequente libertação de muitos criminosos." (gritou-se)

Já a 5ª Turma do STJ, por sua vez, em 2009, no HC 120.435/CE, confirmou a condenação (baseada em laudo de perícia papiloscópica) de acusados do furto milionário do Banco Central de Fortaleza. Ora, todos os incidentes ocorridos somente reforçam a premente necessidade de que o Congresso Nacional atue em favor de esclarecer e normatizar, em definitivo, a questão, para que não ocorram futuramente quaisquer contestações à prova escoreitamente realizada.

No Ministério da Justiça, resta inteiramente pacificado o entendimento de que os papiloscopistas e equivalentes são peritos oficiais criminais, conforme Nota Técnica SENASP/MJ nº 110/2009, colacionada pela eminente autora do projeto.

Do ponto de vista normativo, a proposição em destaque não interfere na iniciativa privativa dos chefes do Executivo dos diversos estados membros da Federação, respeitando a legislação que disciplina a matéria administrativamente em cada esfera.

Quanto à exigência do nível superior do perito oficial acrescentada pela Lei 11.690 de junho de 2008, a norma que alterou o CPP evidentemente garantiu o direito adquirido daqueles peritos que ingressaram sem a exigência do diploma até a data da entrada em vigor (art. 2º da Lei 11.690/2008).

A proposta em comento, por sua vez, limitou-se a reproduzir exatamente os mesmos termos do referido diploma legal, adaptando-os aos papiloscopistas. Já do ponto de vista doutrinário, não há margens de dúvidas, porque a doutrina é unânime em afirmar que perito é o especialista em determinado assunto. E que perito oficial é aquele investido no cargo de servidor público de órgão oficial, ou seja, quando por lei e não por nomeação da autoridade.

Veja-se o que dispõe o consagrado mestre MIRABETE: "Em regra os exames periciais devem ser feitos por peritos oficiais, que desempenham suas funções independente de nomeação da autoridade policial ou juiz, uma vez que a investidura dessas técnicas advém da lei." (MIRABETE, 1997. p. 246)

O eminente jurista FERNANDO CAPEZ, no seu magistral Curso de Processo Penal, 4ª Ed., 1999, São Paulo: Saraiva. Pág. 255, arremata: "O termo "perícia" é originário do latim *peritis* (habilidade especial), e Perícia oficial é aquela elaborada por um técnico ou profissional integrante dos quadros funcionais do Estado. Em contraposição à perícia oficial, tem-se a perícia não-oficial, que é aquela realizada por particulares, toda vez que inexistirem no local peritos oficiais."

Assim, diante da análise da questão e dos sólidos argumentos apresentados, consignamos a urgência da aprovação e a relevância do Projeto em comento, como medida fundamental e inadiável para a garantia da ordem jurídica e da segurança pública da nação.

### III. VOTO

Ante o exposto, opinamos pela APROVAÇÃO do PLS nº 244, de 2009.  
Sala da Comissão, 24 de junho de 2009  
Senador DEMÓSTENES TORRES, Presidente  
Senador JAYME CAMPOS, Relator





### **O Senado e os papiloscopistas.**

A perícia profissional resulta em pareceres e elementos de prova que fundamentam a convicção dos magistrados. Com base nesses pareceres e elementos de prova, são tomadas as decisões de atribuição ou exoneração de responsabilidades jurídicas civis, penais, administrativas ou políticas. Entre as várias espécies de peritos, constam os papiloscopistas. No âmbito civil, os papiloscopistas coletam, analisam, codificam e pesquisam impressões digitais em arquivos para garantir a identidade de cada cidadão. Tais profissionais emitem laudos, com os resultados das perícias, de modo a evitar graves equívocos de pessoa. Essa atividade pericial é essencial, por exemplo, para a implantação nacional do registro civil único, previsto na legislação em vigor. Na área de representação facial humana, os papiloscopistas lidam com retratos falados, reconstituição facial humana, projeções de envelhecimento e rejuvenescimento, inclusive de suspeitos procurados ou cidadãos desaparecidos.

Na área criminal, esses peritos atuam na identificação criminal e no levantamento, na análise, na classificação e na revelação dos fragmentos de impressões papilares em objetos encontrados nos locais de crime. A caracterização de tais evidências, às vezes quase imperceptíveis, possibilita sua inserção, nos sistemas automatizados de identificação de impressões digitais (Afis criminal), e comparação com os registros nacionais mantidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

Visando ao reconhecimento dessa atividade profissional, a então Senadora Ideli Salvatti apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS) n. 244, de 2009, que "Dispõe sobre a condição de perito oficial dos papiloscopistas em suas perícias específicas e dá outras providências".

Segundo a Justificação do PLS, tal reconhecimento previne controvérsias acerca dos milhares de laudos que instruem os mais diversos processos civis, criminais, administrativos, além de políticos. Entre outros exemplos, os papiloscopistas foram fundamentais no esclarecimento: da carta bomba ao Itamaraty (1995); do assalto das barras de ouro no Aeroporto de Brasília (2003); do túnel ao Banco Central do Ceará (2005); do incêndio criminoso, no alojamento de negros africanos, na UnB (2008); e do arrombamento e furto na Comissão de Minas e Energia da Câmara de Deputados (2005).

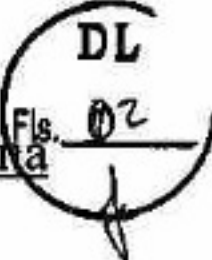
Aprovado nas duas Casas do Congresso Nacional, o agora Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) n. 244, de 2009, está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com parecer favorável do Senador Demóstenes Torres (DEM-GO). Pela redação atual, são peritos oficiais civis e criminais os servidores públicos que exerçam atividades de perícias papiloscópicas e necropapiloscópicas. Conforme o parecer, o agora SCD244 corrige a omissão da Lei n. 12.030, de 2009, posto que "eventual emenda no texto da proposição obrigaria seu retorno à casa iniciadora, o que traria prejuízo às demais categorias de peritos e ao seu trabalho específico."

Em suma, a avaliação das demandas da coletividade brasileira e a busca de soluções que melhor as equacionem constitui exigência inerente ao processo legislativo. Neste caso, o Senado Federal delibera sobre o reconhecimento profissional do papiloscopista.

Ex positis, eis uma reivindicação mais do que justa por esta classe que tanto contribui para elucidar casos e crimes de todas as formas e maneiras.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**INDICAÇÃO N.º 286 /2012**

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.**

Em, 09 OUT. 2012

*Kury*  
**1º Secretário**

**Súmula:** Propõe que sejam adotados, como programa de governo, os incentivos fiscais dispostos no Projeto de Lei 917/2011 de autoria do Dep. Bernardo Ribas Carli, que institui ações governamentais de estímulo ao desenvolvimento econômico e social destinado a Mesorregião do Estado do Paraná, que apresente o menor IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – e dá outras providências.

**AO SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, EXMO. SR. CASSIO TANIGUCHI.**

O Deputado Estadual Bernardo Ribas Carli, no uso de suas prerrogativas regimentais, sugere, depois de ouvido o douto plenário, o envio do presente expediente ao Excelentíssimo Sr. CASSIO TANIGUCHI, propondo a adoção, como programa de governo, dos incentivos fiscais dispostos no Projeto de Lei 917/2011 de autoria do Dep. Bernardo Ribas Carli, que institui ações governamentais de estímulo ao desenvolvimento econômico e social destinado a Mesorregião do Estado do Paraná, que apresente o menor IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – e dá outras providências.

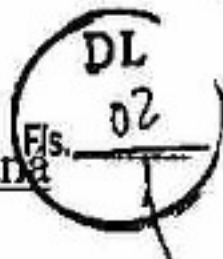
Sala das Sessões, 9 de outubro de 2012

**BERNARDO RIBAS CARLI**  
Deputado Estadual

**JUSTIFICATIVA:** Trata-se de um Projeto de Lei com a previsão de medidas fiscais de importância considerável para o desenvolvimento social, econômico e industrial igualitário entre as mesorregiões do Estado do Paraná, que sofrem com a perena desigualdade de oportunidades de desenvolvimento.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



INDICAÇÃO N.º 787 /2012

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 09 OUT. 2012

*[Assinatura]*  
**1º Secretário**

**Súmula:** Propõe que sejam adotados, como programa de governo, os incentivos fiscais dispostos no Projeto de Lei 917/2011 de autoria do Dep. Bernardo Ribas Carli, que institui ações governamentais de estímulo ao desenvolvimento econômico e social destinado a Mesorregião do Estado do Paraná, que apresente o menor IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – e dá outras providências.

**AO SECRETÁRIO DE ESTADO DA IND. DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL, EXMO. SR. ERCÍLIO SANTINONI.**

O Deputado Estadual Bernardo Ribas Carli, no uso de suas prerrogativas regimentais, sugere, depois de ouvido o douto plenário, o envio do presente expediente ao Excelentíssimo Sr. ERCÍLIO SANTINONI, propondo a adoção, como programa de governo, dos incentivos fiscais dispostos no Projeto de Lei 917/2011 de autoria do Dep. Bernardo Ribas Carli, que institui ações governamentais de estímulo ao desenvolvimento econômico e social destinado a Mesorregião do Estado do Paraná, que apresente o menor IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – e dá outras providências.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2012.

*[Assinatura]*  
**BERNARDO RIBAS CARLI**  
Deputado Estadual

**JUSTIFICATIVA:** Trata-se de um Projeto de Lei com a previsão de medidas fiscais de importância considerável para o desenvolvimento social, econômico e industrial igualitário entre as mesorregiões do Estado do Paraná, que sofrem com a perene desigualdade de oportunidades de desenvolvimento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2012



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

INDICAÇÃO Nº 788/12

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 OUT. 2012

*Paranhos*  
1º Secretário

SÚMULA: Aprova o envio de expediente ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, ao Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), ao Departamento de Estradas e Rodagens (DER/PR) e ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT/PR), sugerindo o recapeamento, sinalização e construção de acostamento nas rodovias estaduais: PR-495, PR-488, PR-495, PR-239 e PR-317.

Fica aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o envio de expediente ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, ao Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), ao Departamento de Estradas e Rodagens (DER/PR) e ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT/PR), sugerindo o recapeamento, sinalização e construção de acostamento da PR-495/PR-488 até a BR-277 (Santa Helena a Vera Cruz do Oeste), da PR-495 (Santa Helena, Missal a São Miguel do Iguaçu), da PR-495 e da PR-239 (Santa Helena a Marechal Cândido Rondon), da PR-495 e da PR-317 (Santa Helena a Toledo), em atendimento à reivindicação integrante do Caderno de Moções 2012 da CACIOPAR – Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná, de autoria da ACISA – Associação Comercial e Empresarial de Santa Helena, na forma da justificativa da presente Indicação Legislativa.

Sala das Sessões, 30/10/2012

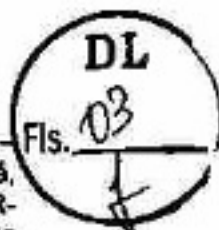
*Paranhos*  
PARANHOS  
Deputado Estadual

**JUSTIFICATIVA**

Exatidão FCL - Anexo Parlamentar FCL, Artigo 1º e Parágrafo

A presente Proposição tem o cunho de sugerir o envio de expediente ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, ao Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), ao Departamento de Estradas e Rodagens (DER/PR) e ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT/PR), manifestando moção de apoio da Assembleia Legislativa às reivindicações





da ACISA - Associação Comercial e Empresarial de Santa Helena, e da CACIOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná, sugerindo o recapeamento, sinalização e construção de acostamento da PR-495/PR488 até a BR-277 (Santa Helena a Vera Cruz do Oeste), da PR 495 (Santa Helena, Missal a São Miguel do Iguaçu), da PR-495 e da PR-239 (Santa Helena a Marechal Cândido Rondon), da PR-495 e da PR-317 (Santa Helena a Toledo).

As rodovias possuem tráfego intenso de caminhões com destino ao Porto Internacional de Santa Helena com Aduana Paraguai Integrada (onde o porto movimentou mais de \$ 70 milhões de dólares ao ano), com o recapeamento de qualidade trará facilidade e agilidade no escoamento de riquezas dos segmentos produtivos do estado do Paraná e demais estados vizinhos. Um agravante ao tráfego intenso nas referidas rodovias é a falta de acostamentos, que contribui para a ocorrência de acidentes, inclusive, com vítimas fatais, pois nestas rodovias não há nem mesmo uma área de escape plana nos acostamentos em continuidade com o asfalto. Essa situação coloca frequentemente em risco milhares de pessoas que circulam diariamente por essas rodovias. Além disso, os jovens da região de Santa Helena necessitam frequentar outras cidades para conseguir cursar o ensino superior, e para tal, enfrentam horas de viagem todas as noites devido ao estado das rodovias, que estão em condições precárias, danificadas, sem sinalização e principalmente, sem acostamento, sendo assim os jovens ficam a mercê de vários riscos todos os dias. Estas são as principais rodovias de acesso ao município de Santa Helena, sendo assim, a qualidade das rodovias prejudica o desenvolvimento das atividades comerciais, industriais, do agronegócio e do turismo do Município de Santa Helena e região. Frente a este cenário, solicitamos aos órgãos competentes apresentarem soluções e medidas cabíveis para solução deste problema.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres pares desta Assembleia Legislativa para que procedam ao devido apoio e aprovação da presente Indicação Legislativa, por se tratar de matéria sugestiva, regimentalmente amparada, justa e merecida.

  
**PARANHOS**  
**DEPUTADO ESTADUAL**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2012



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

INDICAÇÃO Nº 789/12

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 OUT. 2012

1º Secretário

SÚMULA: Aprova o envio de expediente ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, ao Ministro dos Transportes, ao Departamento de Estradas e Rodagens (DER) e ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), sugerindo a Pavimentação Asfáltica do trecho que liga Santa Tereza do Oeste a São Pedro do Iguaçu.

Fica aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o envio de expediente ao Governador do Estado, o Secretário de Estado dos Transportes, ao Ministro dos Transportes, ao Departamento de Estradas e Rodagens (DER) e ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), sugerindo a pavimentação asfáltica do trecho que liga Santa Tereza do Oeste a São Pedro do Iguaçu, em atendimento à reivindicação integrante do Caderno de Moções 2012 da CACIOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná, de autoria da ACIST - Associação Comercial e Industrial de Santa Tereza do Oeste, na forma da justificativa da presente Indicação Legislativa.

Sala das Sessões,

30/10/2012

**PARANHOS**  
Deputado Estadual

**JUSTIFICATIVA**

Associação NDT - Bloco Parlamentar PSC/PR/PSB e PM/PPS

A presente Proposição tem o cunho de sugerir o envio de expediente ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado dos Transportes, ao Ministro dos Transportes, ao Departamento de Estradas e Rodagens (DER) e ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), manifestando moção de apoio da Assembleia Legislativa às

DL  
Fls. 02  
f

14556 10/10/2012 09:16:33 AM ASSINATURA LEGISLATIVA DO PARANÁ

reivindicações ACIST – Associação Comercial e Industrial de Santa Tereza do Oeste sugerindo Pavimentação Asfáltica do trecho que liga Santa Tereza do Oeste a São Pedro do Iguaçu.

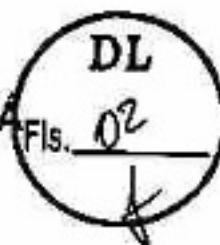
Há décadas a população espera a execução deste tão sonhado projeto de pavimentação asfáltica entre os municípios, pois essa bandeira tem grande importância para o desenvolvimento local, proporcionando economia no transporte para escoamento da safra, valorização de uma grande região, facilidade no acesso rápido e seguro aos recursos disponíveis nos centros como educação e Saúde, possibilita a implantação de novas indústrias nas cidades do interior, mantém o trabalhador na propriedade rural e, ainda, evita constantes desperdícios de recursos financeiros com manutenção da estrada devido a danos causados pelas chuvas.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres pares desta Assembleia Legislativa para que procedam ao devido apoio e aprovação da presente Indicação Legislativa, por se tratar de matéria sugestiva, regimentalmente amparada, justa e meritória.

  
**PARANHOS**  
**DEPUTADO ESTADUAL**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2012



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 OUT. 2012

*Paranhos*  
1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 791/12

SÚMULA: Aprova o envio de expediente à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e ao Ministro das Comunicações, sugerindo solução para falta de sinal da telefonia móvel da região.

Fica aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o envio de expediente à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e ao Ministro das Comunicações, sugerindo solução para falta de sinal da telefonia móvel da região, em atendimento à reivindicação integrante do Caderno de Moções 2012 da CACIOPAR – Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná, de autoria da ACIQUAP – Associação Comercial e Empresarial de Quatro Pontes, na forma da justificativa da presente Indicação Legislativa.

Sala das Sessões, 30/10/2012

*Paranhos*  
PARANHOS  
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Elaboração: MCT – Seção Parlamentar: PSC/PP/PSB e PPS/PPS

A presente Proposição tem o cunho de sugerir o envio de expediente à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e ao Ministro das Comunicações, manifestando moção de apoio da Assembleia Legislativa às reivindicações da ACIQUAP – Associação Comercial e Empresarial de Quatro Pontes, e da CACIOPAR – Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná, sugerindo solução para falta de sinal da telefonia móvel da região.

O progresso e o desenvolvimento estão a cada dia mais fazendo parte das vidas dos cidadãos de Quatro Pontes, que encontram-se ansiosos por um serviço de telefonia de qualidade, propiciando que a população, o comércio e as indústrias estejam sempre em contato com seus clientes e familiares, no entanto as companhias de telefonia móvel se preocupam, apenas, em faturar com as vendas de linhas, mas não estão conseguindo oferecer a cobertura que

seria necessária para a região de Quatro Pontes, sendo que as falhas são constantes e o sinal das operadoras é de baixíssima qualidade na região de Quatro Pontes.

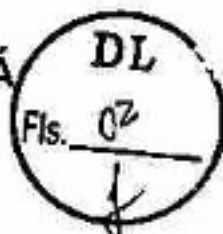
Neste sentido, conclamamos a todos os nobres pares desta Assembleia Legislativa para que procedam ao devido apoio e aprovação da presente Indicação Legislativa, por se tratar de matéria sugestiva, regimentalmente amparada, justa e meritória.



  
**PARANHOS**  
**DEPUTADO ESTADUAL**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2012



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

INDICAÇÃO Nº 752/12

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 OUT. 2012

*Paranhos*  
1º Secretário

SÚMULA: Aprova o envio de expediente ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, ao Departamento de Estradas e Rodagens (DER) e ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), para Recapeamento e sinalização da PR - 488 (Vera Cruz do Oeste a Santa Helena) e a PR - 585 (Vera Cruz do Oeste a Toledo)

Fica aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o envio de expediente ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, ao Departamento de Estradas e Rodagens (DER) e ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), sugerindo Recapeamento e Sinalização da PR 488 (Vera Cruz do Oeste a Santa Helena) e a PR 585 (Vera Cruz do Oeste a Toledo), em atendimento à reivindicação integrante do Caderno de Moções 2012 da CACIOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná, de autoria da ACIV - Associação Comercial e Industrial de Vera Cruz do Oeste, na forma da justificativa da presente Indicação Legislativa.

Sala das Sessões, em

10/10/2012

*Paranhos*  
PARANHOS  
Deputado Estadual

**JUSTIFICATIVA**

Exatidão do CT - Bloco Parlamentar POC/PR/2012 - P/PR/2012

A presente Proposição tem o cunho de sugerir o envio de expediente ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, ao Departamento de Estradas e Rodagens (DER) e ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) manifestando moção de apoio da Assembleia Legislativa às ACIT Associação Comercial e Empresarial de Toledo, sugerindo.





Recapeamento e Sinalização da PR 488 (Vera Cruz do Oeste a Santa Helena) e a PR 585 (Vera Cruz do Oeste a Toledo)

O transporte de cargas e o escoamento da produção agrícola têm sido prejudicados devido as péssimas condições da rodovia. Há muitos buracos e não tem acostamento, ocasionando sérios acidentes inclusive com vítimas fatais. A rodovia é ponto de ligação a outras localidades, que também sofre com o problema, prejudicando inclusive o turismo. Os veículos de pequeno porte, de transporte de passageiros e ambulâncias não conseguem circular com rapidez, sendo barrados pelas condições da rodovia.

Os jovens da nossa cidade necessitam frequentar outras cidades para fazerem cursos tecnológicos, ensino médio e superior além daqueles que se deslocam para trabalhar. Essas pessoas enfrentam horas de viagens diárias por estas rodovias danificadas, sem sinalização e acostamento na maior parte do percurso, estando expostos a uma série de riscos.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres pares desta Assembleia Legislativa para que procedam ao devido apoio e aprovação da presente Indicação Legislativa, por se tratar de matéria sugestiva, regimentalmente amparada, justa e meritória.



**PARANHOS**  
**DEPUTADO ESTADUAL**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Gabinete da Deputada Cantora Mara Lima



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.  
Em, 10 OUT, 2012  
  
1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 793 / 2012.

**Súmula:** Sugere a liberação de recursos para a recuperação e melhorias na Rede de Esgotos de Telêmaco Borba.

A Deputada CANTORA MARA LIMA, que assina a presente INDICAÇÃO, sugere ao Senhor Governador do Estado do Paraná, BETO RICHA e ao senhor FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, Diretor-Presidente da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR, a realização de estudos no sentido de se proceder a recuperação e melhorias na rede de esgotos do Bairro Parque Limeira, área 06 do Município de TELÊMACO BORBA.

O que nos leva a fazer a presente Indicação é o fato dos problemas constantes de vazamento e mau cheiro, que tem incomodado a população dessa comunidade, além do risco de contaminação de crianças e adultos que residem nesse bairro.

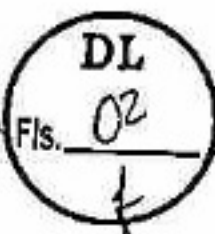
Sabemos que é de interesse da SANEPAR, renovar sempre a sua capacidade de investimentos para melhorar a qualidade de vida da população do Paraná.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 2012.

CANTORA MARA LIMA  
Deputada Estadual

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2012



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 OUT. 2012

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 794/12

SÚMULA: Aprova o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, sugerindo reforço de pessoal e renovação da frota de viaturas do 46ºDRP da Polícia Civil de Matelândia.

Fica aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, sugerindo reforço de pessoal e renovação da frota de viaturas do 46º DRP da Polícia Civil de Matelândia, em atendimento à reivindicação integrante do Caderno de Moções 2012 da CACIOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná, de autoria da ACIMA - Associação Comercial e Empresarial de Matelândia, na forma da justificativa da presente Indicação Legislativa.

Sala das Sessões, 10/10/2012

PARANHOS  
Deputado Estadual

**JUSTIFICATIVA**

Subsídio MJT - Blocos Parlamentares PSOL/PSB e PM/PPS

A presente Proposição tem o cunho de sugerir o envio de expediente Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, manifestando moção de apoio da Assembleia Legislativa às reivindicações da ACIMA - Associação Comercial e Empresarial de Matelândia, e da CACIOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná, sugerindo reforço de pessoal e renovação da frota de viaturas do 46ºDRP da Polícia Civil de Matelândia.

Devido a proximidade com o Paraguai, e por estar as margens da BR-277, a criminalidade em Matelândia e região tem aumentado significativamente. É inadmissível que em um município com aproximadamente 15.000 habitantes, ocorram diariamente tantos crimes.

Assim sendo, a falta de viaturas prejudica o pronto atendimento às ocorrências, sendo que, quando existem viaturas no Município,

estas se encontram em lastimáveis condições, impossibilitando assim, a chegada de policiais até aqueles que necessitam da tutela da segurança, para salvaguarda das famílias de Matelândia.

Importante salientar, que tal atitude vai propiciar benefícios não só para os cidadãos de Matelândia, mas para toda aquela região, que inclui diversos Municípios, melhoria do aparato policial esta, que irá solucionar um problema, também, para o próprio Estado ao propiciar a diminuição dos índices de criminalidade visto que a região é um dos locais que mais contribui para a elevação destes índices.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres pares desta Assembleia Legislativa para que procedam ao devido apolamento e aprovação da presente Indicação Legislativa, por se tratar de matéria sugestiva, regimentalmente amparada, justa e meritória.



**PARANHOS**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2012



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

INDICAÇÃO Nº 796/12

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 OUT. 2012

*Paranhos*  
1º Secretário

**SÚMULA:** Aprova o envio de expediente ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, ao Ministro dos Transportes, ao Departamento de Estradas e Rodagens (DER) e ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), sugerindo ações no setor do Transporte Ferroviário.

Fica aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o envio de expediente ao Governador do Estado, o Secretário de Estado dos Transportes, ao Ministro dos Transportes, ao Departamento de Estradas e Rodagens (DER) e ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), sugerindo a execução de obras ferroviárias ligando o trecho Cascavel - Maracatu à Ferrovia Norte Sul, passando por Cascavel, em atendimento à reivindicação integrante do Caderno de Moções 2012 da CACIOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná, de autoria da ACIT Associação Comercial e empresarial de Toledo, na forma da justificativa da presente Indicação Legislativa.

Sala das Sessões,

10/10/2012

**PARANHOS**  
Deputado Estadual

**JUSTIFICATIVA**

Elaboração NCT - Blocos Parlamentares PSOL/PSB e PMNPPS

A presente Proposição tem o cunho de sugerir o envio de expediente Governador do Estado, o Secretário de Estado dos Transportes, ao Ministro dos Transportes, ao Departamento de Estradas e Rodagens (DER) e ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), manifestando moção de apoio da Assembleia Legislativa às ACIT Associação Comercial e Empresarial de Toledo.

No mundo todo, ferrovia é sinônimo de transporte rápido e de baixo custo. Se considerarmos a competitividade no mundo

DL  
Fis. 02  
K

14:56 18/10/2012 006106 00 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

globalizado, o Brasil está muito atrasado em relação a outros países, pois a infraestrutura de transportes em especial a ferrovia, praticamente inexistente.

Dai a necessidade e a importância das lideranças da região Oeste do Paraná, grande produtora e geradora de riquezas, lutarem por extensão da FERROESTE até o Mato Grosso do sul.

Além disso, é preciso buscar a alteração do traçado da ferrovia Norte-Sul, passando por Maringá, entre Campo Mourão e Cianorte, chegando a Cascavel, traçado este considerado o melhor custo em virtude do relevo apresentado e do grande volume de produção, desde o norte até o sudoeste do estado.

A empresa VALEC já lançou os editais para estudos da FERROESTE, ligando Cascavel a Maracaju/ MS e da Norte Sul, de São Paulo a Chapacó,

Assim nossa proposição é para que sejam unidos esforços para termos, enfim, concluídos os estudos e aprovada a execução das obras do trecho Cascavel/Maracaju, e a Ferrovia Norte sul, passando por Cascavel.

Em relação a FERROESTE, não há como sonhar com um transporte ferroviário rápido de menor custo, com uma ferrovia do tempo do império. Por isso, sugerimos a abertura de processo para construção de nova ferrovia no referido trecho.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres pares desta Assembleia Legislativa para que procedam ao devido apolamento e aprovação da presente Indicação Legislativa, por se tratar de matéria sugestiva, regimentalmente amparada, justa e meritória.

  
**PARANHOS**  
**DEPUTADO ESTADUAL**